



Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
Departamento Regional de Pernambuco

Presidente do Conselho Regional
Josias Silva de Albuquerque

Diretora Regional
Valéria Peregrino Fernandes

Diretora de Desenvolvimento Educacional | DDE
Ana Morais

Diretora de Operações | DIOP
Maria Goretti Gomes

Diretora de Administração e Finanças | DAF
Maria das Graças Gomes Assunção

Gerência de Desenvolvimento Pedagógico
Kleyse Paes Barreto da Silva

Gerência de Desenvolvimento de Produto
Jesica Barbosa Dantas

Equipe Técnica de Analistas de Educação Profissional

Gerências Regionais

Coordenação Pedagógica das Unidades Educacionais

Assessoria Técnica das Unidades Educacionais

Equipe Docente

Consultoras
Maria José Camelo Maciel
Maria do Socorro Camelo Maciel

Organizadores
Maria José Camelo Maciel | MTU Consultoria LTDA.
Equipe da Diretoria de Desenvolvimento Educacional | DDE
SENAC Pernambuco

SENAC. DR/PE. Projeto Político Pedagógico. Pernambuco:
SENAC/DDE/2012. 47 p. PROJETO PEDAGÓGICO; SENAC;
PERNAMBUCO; PLANO DE AÇÕES.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	6
3. O SENAC PERNAMBUCO.....	9
3.1 Histórico	9
3.2 Missão e Visão	14
4. O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REDIMENSIONAMENTO DA ATUAÇÃO DO SENAC.....	14
4.1 Tendências das Áreas de Atuação do Senac	14
4.2 Âmbito Político Institucional - novo modelo de gestão	17
4.3 Âmbito Estratégico Operacional - Eixos Tecnológicos e Itinerários Formativos.....	19
5. AÇÃO POLÍTICA PEDAGÓGICA	21
5.1 O Modelo Pedagógico de Educação Profissional do SENAC/PE	21
5.2 A concepção de Educação Profissional	24
5.3 Princípios Norteadores da Ação Pedagógica:	27
5.4 Pressupostos teóricos metodológicos	27
5.5 A abordagem pedagógica por competência: implicações para as metodologias de ensino	31
5.6 A avaliação do processo de ensino e aprendizagem	36
6. MARCO OPERACIONAL	41
6.1 O Senac que temos e o Senac que queremos	41
6.2 As dimensões e focos de atuação - Matriz Conceitual	42
6.3 Plano de Ação	45
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	53
8. ANEXOS.....	56
Plano de Ação	56

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico (PPP) do Senac DR/PE foi construído tendo por base uma matriz conceitual que contemplou os principais fundamentos e opções extraídas dos encontros com o coletivo de educadores da instituição.

Essa matriz conceitual seguiu uma estruturação lógica e articulada das partes que compuseram o todo do projeto. Foi orientada por uma metodologia em que o ponto de partida é a totalidade contextual de onde emergem os fatores internos e externos que determinam a natureza das ações institucionais para depois se chegar a cada uma das partes, cuidando-se o tempo todo para que essas partes não percam a coerência com o todo. A estrutura da matriz conceitual, coerente com esse pressuposto metodológico, toma como ponto de partida a missão, a visão de futuro e a concepção de educação profissional que o Senac adota, focando os sujeitos da ação institucional, os fatores críticos e os focos de atuação definidos como os mais importantes e estratégicos para a concretização do projeto político pedagógico desejado.

A definição do público-alvo da ação institucional, dessa forma, responde o “para quem” está sendo projetada a ação político-pedagógica. O “para quê” passa por um crivo a partir dos fatores críticos que norteiam a direção da ação para que o foco da missão e da concepção de educação profissional, de homem e de sociedade que se quer formar não se perca na complexidade de ações e atividades que o Senac realiza. Esses focos de atuação foram distribuídos nas três dimensões institucionais mais expressivas da constituição do Projeto Político Pedagógico do Senac, quais sejam: dimensão político-pedagógica, dimensão relacional e dimensão administrativa. Essas dimensões, por sua vez, se desdobram em quatro eixos: Identidade, Relações, Processos e Recursos, nos quais foram definidos os focos de atuação que sejam capazes de garantir a atuação rumo à construção do Senac desejado.

2. O PROCESSO DE RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

Os homens potencializam suas dimensões humano-genéricas na interação com os outros e com a natureza.

Nas interações que estabelecem cotidianamente com outros indivíduos, os homens vão construindo uma teia de relações sociais mediadas pela cultura, pela arte, pelas trocas intersubjetivas e pelo trabalho.

Algumas dessas interações se dão totalmente e outras mais ou menos conscientes porque se processam na heterogeneidade da vida cotidiana, na imediaticidade das demandas que lhes são postas e na urgência dos processos reais de cada período histórico. Tais interações também ocorrem no interior dos grandes dilemas morais, na construção e desconstrução dos valores e na vida cotidiana. Contudo, o nível de consciência que cada um tem acerca das marcas da cultura e da sociedade impressos na sua existência independe de uma opção pessoal sobre constituir-se ou não num ser social. Os indivíduos, desde seu nascimento, se constroem como seres sociais a partir do produto de relações sociais cotidianas e como resultado da interação do gênero humano entre si e com a natureza, sendo mister afirmar que é no processo de trocas, intercâmbios, ações orientadas a determinados fins que aqueles indivíduos se constituem como homens e mulheres, aprofundando, a cada nova relação estabelecida, a cada intercâmbio realizado com a natureza, sua dimensão humano-genérica.

Dessa forma, o conjunto de valores construídos no decorrer das experiências vividas na família, na escola e nos demais grupos dos quais fazem/fizeram parte e que definem quem os indivíduos são ou poderão ser, os modelos de homem/mulher e de sociedade que desejam construir não é definido unicamente pela vontade individual de cada homem ou de cada mulher, mas por essa vontade que é informada pela herança cultural e social produzida historicamente na humanidade. Numa palavra: ao se confrontarem com os desafios e

demandas que a vida em sociedade lhes impõe, os indivíduos realizam escolhas e projetam as formas através das quais poderão viabilizar seus projetos de acordo com seus aprendizados em termos de cultura e de sociedade. Assim, as escolhas realizadas e os projetos construídos por homens e mulheres se processam de acordo com os valores aprendidos e as normas sociais vigentes nos seus grupos sociais. Dessa forma, é válido afirmar que homens e mulheres fazem escolhas em situações socialmente constituídas e, apesar do concurso das suas vontades conscientes jogarem peso significativo na definição dessas escolhas, o conjunto de circunstâncias e de valores socialmente predefinidos também jogará peso significativo na definição dos rumos que os projetos pessoais tomarão, apontando tais projetos para o horizonte definido pelos grupos sociais nos quais aqueles se inserem em dados momentos históricos.

Foi a partir dessa discussão, ilustrada pela lenda do Ikusk¹ (um medroso guerreiro que se recusava a ir à caça do tigre-dente-de-sabre que dizimava os membros da sua tribo), que o processo de reconstrução do PPP do Senac/PE teve início. A lenda do guerreiro medroso foi apresentada ao grupo a fim de levá-lo à reflexão sobre a capacidade projetiva do ser humano, o processo de correlação de forças existente entre projetos em disputa e da necessidade da crítica ao cotidiano, momento realizado após a exibição de um videoclipe da música “Cotidiano”², a fim de levar o grupo a construir um horizonte conceitual comum que desse suporte à definição da visão de homem, de sociedade e de educação profissional norteadores do documento.

Foi também graças à exibição do curta metragem “Vida Maria”³ que as consultoras propuseram a crítica ao modelo de educação como instrumento de reprodução de estereótipos e reforço de esquemas

1 Cf. Lessa (s.d)

2 A música é uma das faixas do LP Construção, lançado pelo cantor e compositor Chico Buarque pela gravadora Phonogram, em 1971.

3 Curta metragem produzido pelo cearense Márcio Ramos em computação gráfica 3D em 2006.

8

culturais opressores e subalternizantes a fim de que, a partir dessa crítica necessária, se pudesse construir um PPP vivo, que pudesse funcionar tanto como documento norteador de um processo de mudanças internas no Senac/PE, quanto como contribuição para a transformação das realidades dos discentes formados na instituição. Refletiu-se, portanto, sobre a necessidade de superação do PPP como um “documento de gaveta” e adoção de uma perspectiva de construção de um marco conceitual norteador de experiências concretas dos sujeitos profissionais envolvidos no processo de ensino-aprendizagem no Senac/PE.

A leitura do texto do pesquisador Nílson José Machado, “Anotações para a Elaboração de uma Ideia de Cidadania”, norteou a reflexão sobre os conceitos de cidadania e inclusão social, tão caros às práticas dos sujeitos profissionais no Senac/DR-PE.

No momento seguinte, foi elaborado o diagnóstico para a construção de cenários através da coleta de dados sobre a atuação do Senac em Pernambuco. Foram discutidos os eixos tecnológicos de atuação, os itinerários formativos, as demandas de educação profissional do Estado, as vocações e potencialidades regionais e os mecanismos que a instituição utiliza para o planejamento de seu portfólio de cursos.

O segundo momento consistiu na definição do Marco Referencial, quando a equipe técnica pôde definir qual paradigma de educação profissional era desejado para alicerçar a prática pedagógica do Senac, tomando como base as discussões e diretrizes do Departamento Nacional, a partir das proposições avançadas dos departamentos regionais.

Nesse momento, fez-se a indicação dos interlocutores junto à consultoria para os seguintes encaminhamentos/ações:

a) Definição do cronograma de elaboração do Projeto Político Pedagógico e mobilização de todos os sujeitos educacionais que participarão da sua construção;

- b) Elaboração de um plano de comunicação interno (divulgação);
- c) Tomada de providências relativas à logística dos encontros;
- d) Fornecimento de informações para a criação dos fóruns de discussão a distância.

No terceiro momento, a proposta de construção do Projeto Político Pedagógico e o Marco Referencial com seus fundamentos teóricos e práticos foram apresentados e discutidos com o grupo de coordenadores, tanto nos fóruns presenciais quanto no ambiente virtual, objetivando consolidar as diretrizes para a condução dos trabalhos coletivos de construção dos marcos situacional e operativo junto às Unidades Educacionais.

No quarto momento, todas as áreas do Senac/DR-PE foram envolvidas em fóruns virtuais de forma total ou por meio de representatividade, a fim de que houvesse uma preparação, acompanhamento e capacitação das equipes para a discussão de temas, conceitos e princípios do PPP. Por outro lado, visou-se também à realização dos encontros para a definição participativa dos marcos que comporiam o documento.

3. O SENAC PERNAMBUCO

3.1 Histórico

O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, foi criado pelo Decreto-lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946. Em outubro do mesmo ano, instalou-se o Departamento Regional de Pernambuco.

Na época da criação do Senac, a formação profissional tornou-se uma necessidade mediante os efeitos provocados pela II Guerra Mundial e o advento de novas tecnologias, que requeriam mão de obra qualificada para enfrentar o contexto configurado. Os Decretos-

lei nº 8.621 e 8.622 formalizaram a ideia da criação de um órgão responsável pela preparação de mão de obra para o setor terciário e atribuíram à Confederação Nacional do Comércio (CNC) o encargo de criar e administrar escolas de aprendizagem comercial no território nacional.

Em outubro de 1946, foi instalado o Conselho Regional do Senac no Nordeste Oriental, sediado em Pernambuco, que também atendia os estados da Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas e Ceará. O Senac Nordeste Oriental foi desmembrado em 1949 e foram instaladas sedes independentes em cada estado desse bloco regional. O Senac foi denominado Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial no Estado de Pernambuco. Nesse período, o Senac contava com 33 escolas e atendia 2.800 comerciários ou filhos de comerciários.

O Senac criou metodologia própria com o surgimento das empresas pedagógicas na década de 1970: Restaurante-escola, Lanchonete-escola e Salão de Beleza-escola, que emprestavam sentido real e ativo à aprendizagem, com ênfase na área emergente de hotelaria.

O Departamento Regional Pernambuco também promoveu a interiorização de suas ações com a implantação das Unidades Móveis. Essa modalidade de atendimento é utilizada, até hoje, pelo Regional em suas programações no interior do Estado e bairros periféricos da cidade. Pernambuco é o pioneiro na implantação do sistema de carretas dentro dessa modalidade, em que tem atuação expressiva em diferentes áreas de formação.

O ano de 1976 foi essencial na trajetória de mudanças do Senac. Foi criado o Centro Três de Teleducação pela metodologia de ensino a distância, com vistas a atender a meta dessas colonizações, levando a formação profissional às regiões onde técnicas tradicionais de ensino não tinham curso.

O Regional Pernambuco foi pioneiro mais uma vez com a realização, em 1976, da primeira experiência com ensino a distância pela televisão. O curso “Técnicas de Vendas” foi produzido pelo Regional,

sob coordenação do Departamento Nacional, juntamente com a TV Universitária, e foi levado ao ar depois em outros Regionais.

A década de 1980, com o desemprego, os salários achatados e a estagnação econômica, impôs a necessidade de satisfazer as necessidades formais e informais num redimensionamento do conceito de trabalho. O Senac Pernambuco programou atividades de formação e valorização profissionais dirigidas ao expressivo contingente de população localizada no mercado informal. Em meados dos anos 1980, a Unidade Móvel desenvolveu trabalho voltado às comunidades de baixa renda por meio de cursos profissionalizantes e núcleos de prestação de serviços.

A função social do Senac foi reafirmada pela realização de cursos para as pessoas com deficiências. Em 1985, foi criado o Núcleo de Informática para atender aos anseios da nova era, marcada pelo desenvolvimento tecnológico. O período foi marcado pela busca de novos métodos e técnicas de ensino, como o Método da Competência, cuja característica principal é a aceitação do ritmo próprio do discente. Ao final dessa década, foram introduzidas novas metodologias ao processo ensino-aprendizagem, como o Ensino Modular, possibilitando maior qualificação dos profissionais e maior orientação no mercado.

Outra iniciativa pioneira no Nordeste foi a implantação do Projeto Experimental de Unidade Móvel de Treinamento nas áreas de Saúde, Higiene e Beleza, garantindo a profissionalização em locais carentes de formação específica. Nos anos 90, foi implantado um novo modelo pedagógico apoiado numa estrutura conceitual distinta das práticas anteriores da organização. Essa nova formação visava a um sujeito polivalente, em que a criticidade e a ética funcionavam como eixo de todo e qualquer programa. Ocorreu naturalmente a passagem de um novo modelo tecnicista para outro que transcendesse o ensino meramente instrumental.

Com a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1996, o Senac se lançou na defesa de um projeto político pedagógico que se fundamenta nas relações existentes entre educação, sociedade e trabalho. Também se inspira numa prática pedagógica transformadora e participativa, centrada na construção do conhecimento e na aprendizagem crítica e ativa de conteúdos novos, significativos e atualizados.

Atualmente, o Senac conta com seis Unidades de Educação Profissional: uma na capital e cinco no interior. Conta também com cinco Unidades Especializadas, três postos avançados, com a mudança da Unidade Móvel para Coordenação Senac Móvel. Assim distribuídos:

I. Gerência Regional da Mata Norte, que comporta as unidades educacionais:

- a) Unidade de Educação Profissional do Recife (UEP-Recife);
- b) Unidade de Educação Profissional de Paulista (UEP-Paulista);
- c) Unidade de Educação Profissional de Vitória de Santo Antão (UEP-Vitória);
- d) Unidade de Imagem Pessoal (UIP);
- e) Unidade de Hotelaria (UHT);
- f) Unidade de Idiomas (UIS);
- g) Unidade de Tecnologia da Informação e Comunicação (UTIC);
- h) Unidade de Tecnologia do Varejo (UTV).

II. Gerência Regional da Mata Sul;

- a) Posto Avançado Cabo de Santo Agostinho

III. Gerência Regional do Agreste I, que comporta a unidade educacional:

- a) Unidade de Educação Profissional de Caruaru (UEP-Caruaru)

IV. Gerência Regional do Agreste II, que comporta a unidade educacional:

- a) Unidade de Educação Profissional de Garanhuns (UEP-Garanhuns)

V. Gerência Regional do Sertão I, que comporta as unidades educacionais:

- a) Posto Avançado de Serra Talhada;
- b) Posto Avançado de Salgueiro

VI. Gerência Regional do Sertão II, que comporta a unidade educacional:

- a) Unidade de Educação Profissional de Petrolina (UEP-Petrolina)

Hoje, essas Unidades Educacionais realizam mais de 150 mil atendimentos em educação profissional e ações extensivas, distribuídos nos seguintes eixos tecnológicos: Ambiente e Saúde, Segurança, Desenvolvimento Educacional e Social, Gestão e Negócios, Turismo, Hospitalidade e Lazer, Produção Alimentícia, Informação e Comunicação, Infraestrutura e Produção Cultural e Design.

A partir da trajetória histórica do Senac Pernambuco, pode-se demonstrar a preocupação constante da instituição em se colocar a serviço do desenvolvimento e da qualificação para a vida produtiva, atingindo o discente como um todo, sempre sintonizado com as mudanças temporais e a preparação para o futuro. Sintonia que se traduz na Missão do Senac.

3.2 Missão e Visão

Missão

Educar para o trabalho em atividades de comércio de bens, serviços e turismo.

Visão de Futuro - 2020

Ser reconhecido como agente relevante no desenvolvimento do estado, identificado pela excelência em educação profissional e tecnológica nos segmentos de comércio de bens, serviços e turismo.

4. O CENÁRIO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: REDIMENSIONAMENTO DA ATUAÇÃO DO SENAC

4.1 Tendências das Áreas de Atuação do Senac

As transformações pelas quais passam as sociedades contemporâneas têm impulsionado o surgimento de novas tendências no cenário político, econômico e social do Brasil. Uma das tendências do cenário econômico que mais tem implicado diretamente o campo de atuação do Senac é a centralidade do setor terciário.

Nessa tendência, acontece um movimento de interação cada vez mais acentuado entre as atividades primárias, secundárias e terciárias ante a emergência de novas áreas de negócios/produção de bens e serviços. Ao mesmo tempo, a indústria descobre e incorpora a noção de serviços, e estes industrializam seus modos de funcionamento em uma evolução convergente.

Tais movimentos produzem impactos profundos na configuração do mercado de trabalho, na geração de empregos e na valorização de competências profissionais.

Em recente estudo realizado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), intitulado “A Competitividade nos Setores de Comércio, de Serviços e do Turismo no Brasil: Perspectivas até 2015”, merecem destaque algumas tendências e diagnósticos presentes no referido documento, tais como:

- Automação e incorporação de tecnologia de informação
- Inovação tecnológica
- Serviços intensivos em conhecimento (SIC)
- Demanda por mão de obra qualificada
- Avanço do setor privado na educação
- Maior segmentação do mercado
- Terceirização
- Aumento do investimento estrangeiro direto no setor de serviços no Brasil
- Comércio eletrônico (*e-commerce*)
- Franquias
- Mudança do perfil demográfico e do poder aquisitivo
- Generalização do uso de meios de pagamento eletrônicos e bancarização
- Aumento da demanda por serviços de segurança
- Especificidades do turismo

Por outro lado, o referido documento também destaca que o bom desempenho do setor terciário nos últimos anos tem coexistido com o acirramento da concorrência e um ambiente de negócios com busca constante de inovações e aumento da produtividade. Nessa procura, as empresas do setor têm se deparado com alguns entraves, como a baixa qualificação da mão de obra.

Ora, sabemos que o fenômeno da incorporação de novas tecnologias nas empresas associado à implantação de novas formas de gestão demanda maiores níveis de escolarização e capacitação profissional, o que, dependendo das características das empresas (como tamanho, atividade, capital e capital humano), pode afetar ainda mais a questão do desemprego.

Mesmo sendo destaque na economia da região Nordeste e do país, à mercê de suas políticas de desenvolvimento, Pernambuco enfrenta problemas ligados ao desemprego, decorrentes principalmente do crescente uso de tecnologia em substituição à mão de obra, associado ao crescimento da população em idade de trabalho. Diante desse quadro, o problema social provocado pelo desemprego assume proporções desconfortáveis como consequência da permanência de altas taxas de desemprego aberto, que apesar de ter sofrido redução ficou em 2011 a 11,06% considerando-se apenas a RMR, segundo dados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem), que coordena a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) no estado, em parceria com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Nesse cenário de escassez de empregos, a busca pela sobrevivência tem levado parte desse contingente de desempregados à criação de micro e pequenas empresas. Essa alternativa tem se consubstanciado numa das principais estratégias da população contra o desemprego. Mesmo considerando o alto índice apresentado na taxa de falência desses empreendimentos nos primeiros anos de existência, eles representam uma alternativa concreta para a solução do angustiante problema do desemprego.

Assim, a oferta de uma melhor qualificação ao trabalhador cria perspectivas otimistas quanto as suas chances de inclusão no sistema produtivo, sobretudo agora que convivemos com a falta de emprego e com o crescente nível de serviços prestados por conta própria ou mesmo de proliferação de atividades alternativas, o que faz ainda mais sentida a necessidade de uma qualificação que contemple habilidades como planejamento e organização do trabalho, criatividade, empreendedorismo etc., para aumentar as chances de sucesso também dos que buscam como alternativa de renda montar seu próprio negócio.

Além da preparação para os empregos formais, portanto, as ações educacionais do Senac se pautam numa perspectiva de inclusão social, considerando a diversidade de formas de inserção no mercado de trabalho.

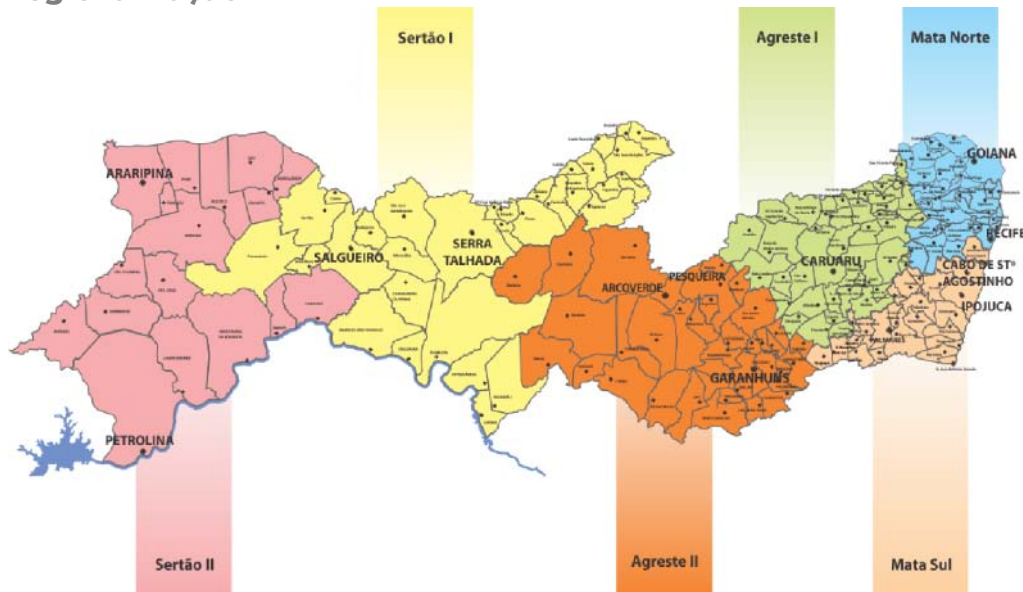
Os educadores do Senac entendem que, no atual estágio da economia capitalista, é extremamente difícil antecipar o futuro. Cabe, então, estar atentos às tendências para bem delimitar o espaço da educação profissional. É claro que esta não é garantia de emprego, mas tem importante papel social a cumprir, no que concerne a fornecer uma educação que assegure condições de laboralidade do trabalhador. No cenário atual, entendem que precisam prepará-lo – e bem – para o domínio dos fundamentos tecnológicos e das habilidades técnicas necessárias ao fazer das profissões. Entendem igualmente que precisam ir além, cuidando do desenvolvimento de competências genéricas, que assegurem a compreensão desse fazer, a autonomia, a crítica, a criatividade, elementos fundamentais ao exercício da cidadania e aos processos produtivos atuais. Portanto, é dentro dessa filosofia que se propõe desenvolver o projeto político pedagógico institucional.

4.2 Âmbito Político Institucional – novo modelo de gestão

Frente aos novos desafios, o DR-PE estabeleceu um modelo de gestão com foco na regionalização da ação institucional, tendo em vista o atingimento das seguintes metas:

- Melhor distribuição das unidades, com maior aproximação da clientela e facilidade de deslocamento.
- Direcionamento das ampliações da rede Senac de modo articulado com os investimentos relevantes em concretização ou previstos para Pernambuco.
- Maior adesão às Regiões de Desenvolvimento adotadas pelo Governo do Estado.

Regionalização



Estrutura Organizacional Proposta



A Diretoria de Desenvolvimento Educacional – DDE, dentro do novo modelo de gestão do Senac/PE, assume uma dimensão técnica e política fundamental para atingir as metas e os objetivos institucionais. A sua ação direciona-se à inclusão dos educandos, ao desenvolvimento de meios e processos pedagógicos, à inovação e democratização de conhecimentos e à ampliação das oportunidades educacionais, facilitando resultados positivos no processo de formação e de qualificação.

Assume também a tarefa de desenvolver relação multilateral com os outros setores da sociedade com vistas ao desenvolvimento de sistemas de parcerias interinstitucionais e contribuição na formulação, implementação e acompanhamento das políticas institucionais prioritárias ao desenvolvimento regional.

A DDE, nesse sentido, se desvincula da perspectiva meramente operacional e é alçada ao papel de ente estratégico responsável pela concepção/elaboração de ações e projetos de impacto na ação finalística do Senac, o que requer o fortalecimento de uma rede de relacionamentos, competência técnica e inovação frente ao desafio de ampliar a participação do Senac no mercado de educação profissional com qualidade de produtos, serviços e processos, conciliando sustentabilidade financeira e social.

4.3 Âmbito Estratégico Operacional – Eixos Tecnológicos e Itinerários Formativos

A metodologia de organização da oferta de cursos baseada em eixos tecnológicos foi definida para a educação profissional técnica de nível médio em junho de 2008, através do Parecer CNE/CEB nº 11/08 e trouxe algumas alterações significativas:

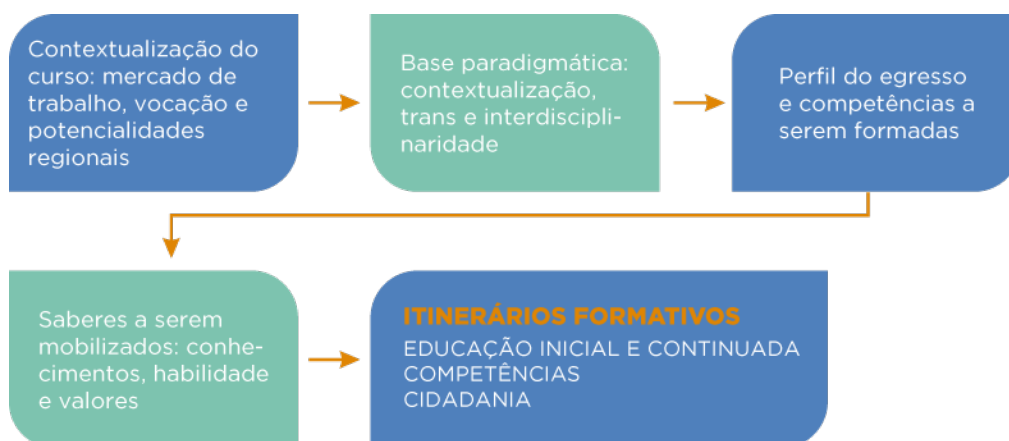
- A oferta da educação profissional técnica de nível médio organizada em função da estrutura sócio-ocupacional e tecnológica;

- A ideia de um núcleo politécnico comum para cada eixo tecnológico, tornando o processo educativo mais sintonizado com o mundo do trabalho;
- O fortalecimento da identidade dos cursos técnicos, sua sintonia com as vocações e peculiaridades regionais e a necessidade de ampliação de sua visibilidade.

Ao elaborar seu parecer de aprovação do supracitado documento, o Conselheiro Francisco Aparecido Cordão esclareceu que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, definidas pela Resolução CNE/CEB nº 4/1999 com base no Parecer CNE/CEB nº 16/1999, “[...] organizavam a oferta da Educação Profissional por áreas profissionais, isto é, segundo a lógica de organização dos setores produtivos”, mas que a nova proposta encaminhada pelo MEC veio modificar a linha então adotada, pois a organização por eixos tecnológicos se pauta na lógica do conhecimento e da inovação tecnológica.

O planejamento dos cursos, agora sob a lógica dos eixos tecnológicos e orientado pela noção de competências, rompe com a perspectiva da “grade curricular” e exige uma maior articulação com a realidade profissional e social. A prática de planejar os cursos passa a ocorrer de forma participativa e a organização curricular assume uma perspectiva interdisciplinar, metadisciplinar e contextualizada. Essa nova forma de planejar requer que a equipe técnica da DDE, ao se responsabilizar pela coordenação da construção dos currículos dos cursos de educação profissional, investigue os processos de trabalho para a identificação dos perfis profissionais de conclusão, considerando tanto as demandas do mundo produtivo quanto as de formação para cidadania.

Esse diagnóstico converge para a construção de itinerários formativos que atendam as demandas sociais de formação inicial e continuada. Tal perspectiva é representada pelo esquema abaixo:



5. AÇÃO POLÍTICA PEDAGÓGICA

5.1 O Modelo Pedagógico de Educação Profissional do SENAC/PE

As modificações processadas no modelo de educação Profissional do Senac, a partir das orientações da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação que passou a vigorar desde 1996, resultaram na elaboração de um novo documento intitulado “Referenciais para a Educação Profissional Senac - 2001”, o qual contém os referenciais que deverão servir de base para a elaboração dos projetos pedagógicos das diferentes unidades que integram o Sistema Senac.

A elaboração desse referencial significou o marco na adoção do modelo baseado em competências enquanto conceito basilar para concepção e desenvolvimento das ações pedagógicas institucionais.

Esse documento coloca os seguintes pressupostos para a organização curricular no modelo baseado em competências:

- A formação dos trabalhadores passa a ter como objetivo o desenvolvimento de competências.
- Na perspectiva das competências, a formação assume como finalidade capacitar indivíduos para que tenham condições de disponibilizar durante seu desempenho profissional os atributos adquiridos na vida social, escolar, pessoal e laboral, preparando-os

para lidar com a incerteza, a flexibilidade e a rapidez na resolução de problemas.

Acrescenta a noção de competência, pois “não se limita ao conhecer, vai mais além, porque envolve o agir numa determinada situação”. Conclui que as competências são, assim, as capacidades ou os saberes em uso, que envolvem conhecimentos, habilidades e valores.

O planejamento curricular baseado no modelo de competências, nessa perspectiva, deve ser um espelho do projeto pedagógico da escola, fruto de um esforço sistematizado, com a efetiva participação de todos os docentes, e deve incidir, mais particularmente, sobre alguns componentes pedagógicos, tais como: a identificação e a definição dos blocos de competências, associados ao itinerário profissional, e a seleção de situações de aprendizagem (projetos, situações problema), previstas nos módulos, e/ou nas etapas de formação, que têm as disciplinas como suporte.

Isso implica, de acordo com o que está definido no documento, que o planejamento deve ter como ponto de partida a definição do perfil de conclusão da habilitação ou da qualificação prefigurada. Os perfis são definidos a partir da análise das ocupações que compõem as áreas profissionais (ou de grupos de ocupações afins a um processo ou atividade produtiva) e das competências gerais dos profissionais da área. Deve atender às demandas do cidadão, do mercado e da sociedade, além de levar em conta as condições locais e regionais, e a vocação e a capacidade de atendimento da instituição. Na definição do perfil, deve-se considerar também que o profissional, além do domínio operacional de um determinado fazer e do saber tecnológico, precisa ter uma compreensão global do processo de trabalho, ser capaz de transitar com desenvoltura em uma área profissional, atendendo a várias demandas dessa área. Nessa perspectiva, ele não fica restrito a uma qualificação/habilitação vinculada especificamente a um posto de trabalho.

Assim, defende que a educação profissional deve, então, propiciar ao trabalhador o fomento da criatividade, da iniciativa, da autonomia e

da liberdade de expressão, abrindo espaços para incorporação de atributos como respeito pela vida, postura ética nas relações humanas e valorização da convivência em sociedade e nas relações profissionais, contribuindo para a percepção de seu trabalho como uma forma concreta de cidadania.

O Senac Pernambuco, coerente com essas orientações e comprometido com um projeto societário inclusivo, refletiu coletivamente acerca da elaboração e da execução (considerando sua reestruturação) de um modelo de educação profissional cujo princípio político-pedagógico seja a formação de sujeitos capazes de efetivar práticas sociais direcionadas à construção de uma sociedade mais igualitária. Nesse contexto, a educação profissional há de ser muito mais que a formação para uma atividade específica no mercado de trabalho, não se resumindo ao desenvolvimento de competências que visam tão somente atender às demandas do setor produtivo no que se refere aos aspectos técnicos e comportamentais exigidos ao exercício de uma atividade profissional (este visa, entre outras coisas, à subordinação intelectual, moral e ética do trabalhador ao processo de produção capitalista), e ainda, não pode ser uma ação compensatória e manipuladora de mentalidades. A equipe entende ser necessário formar para o pensar autônomo⁴.

Reconhece-se a importância de a educação profissional ter sintonia com as mudanças no mundo do trabalho e objetivar qualificar profissionais para atuar competentemente no exercício laboral; no entanto, é fundamental o desenvolvimento de uma prática coletiva que contribua para a constituição de um projeto de desenvolvimento local, estadual e nacional, em cuja elaboração os diversos setores da sociedade, historicamente excluídos do desfrute da produção

4 Conforme aponta Adorno (2003), em sua obra Educação e Emancipação, o problema da educação está no fato de ela ter se afastado de seu objetivo essencial, que é promover o domínio pleno do serviço da indústria cultural, que trata o ensino como uma mera mercadoria pedagógica conhecimento e a capacidade de reflexão. A escola, assim, se transformou em simples instrumento a em prol da "semiformação". Essa perda dos valores, segundo o autor, anula o desenvolvimento da autorreflexão e da autonomia humana.

material e cultural, sintam-se envolvidos, tendo-o como propulsor de expectativas reais de exercitar a cidadania.

As atividades de educação profissional justificam sua existência se atentarmos para quanto elas podem contribuir para os educandos protagonizarem novos papéis em sua vida, ampliando os limites da intervenção humana, jamais sendo um instrumento de minimização do potencial humano.

O Senac Pernambuco tem um compromisso social e político de aproveitar as boas experiências existentes e já desenvolvidas, bem como construir novos projetos de intervenção, referenciando-se nos avanços dessas experiências e investindo em novas estratégias e práticas que de alguma forma persigam, em meio a erros e acertos, o objetivo de transformar a história dos grupos econômica e politicamente excluídos em algo diferente. Além disso, alimenta uma prática de registro de experiências significativas, tendo em vista estimular a produção científica dos que fazem a Instituição, transformando em documentos norteadores das práticas educativas, assim como de outras instituições interessadas. Estas experiências podem ser de grande utilidade para colocar em prática a nova concepção pedagógica do modelo de competências defendida pelo Senac, nacionalmente, a ser desencadeada no âmbito da educação profissional: Modelo Teórico Conceitual de Matriz de Competência - construtivista com abordagem crítico emancipatória.

5.2 A concepção de Educação Profissional

A concepção de educação profissional construída pelo grupo de educadores do Senac/PE expressa o consenso acerca da opção pela implementação de determinado modelo de educação e de tipo de homem que se pretende formar. Essa concepção está impregnada das visões de mundo, valores, crenças, sentidos e significados que os educadores atribuem ou que pretendem atribuir à prática pedagógica no Senac. O sentido dominante é o de base, alicerce,

fundamento, por isso qualificado para sustentar o projeto em construção.

A concepção de educação profissional definida no grupo foi a seguinte: conjunto de atividades educativas voltadas para o mundo do trabalho com vistas à formação inicial e continuada de jovens e trabalhadores. A educação profissional no Senac de Pernambuco se compromete com a democratização das conquistas e benefícios da produção do conhecimento na perspectiva de cidadania e da inclusão.

Essa concepção de educação profissional associa-se, portanto, ao sentido de causa defendida no coletivo dos educadores, de princípio do qual partem e que também aciona os fundamentos que irão nortear a prática pedagógica no Senac frente às exigências do tempo atual que vivenciamos. Portanto, é uma concepção contextualizada no tempo atual e no espaço concreto do trabalho que a instituição pode e quer realizar.

A noção de educação profissional foi consagrada no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 9.394/96) a fim de congregar um sentido mais genérico em comparação ao termo formação profissional até então utilizado. Cunhar tal conceito significava, conforme demarca Ciavatta (2005, p. 85), trazer à tona os princípios da educação socialista que pretendia ser omnilateral no sentido de formar o ser humano na sua integralidade física, mental, cultural, política, científico-tecnológica. Significava, pois, imprimir à educação profissional uma dimensão “desinteressada” em relação aos apelos imediatos do mercado.

Ultimamente, o termo “tecnológica” foi adicionado ao conceito de educação profissional no âmbito dos documentos oficiais, passando-se a denominar Educação Profissional Tecnológica, com o intuito de expressar a indissociável relação entre os fundamentos técnico-científicos que embasam os fazeres nas profissões e a prática.

Essas alterações na noção de educação profissional expressam as mudanças paradigmáticas no âmbito do mundo do trabalho e resultam, obviamente, em mudanças nos modos de conceber a educação. Assim, opera-se uma reconfiguração do espaço pedagógico que, por sua vez, remete a uma reconceituação ou ressignificação de dimensões ou aspectos que integram o agir pedagógico na educação profissional.

Nesse sentido, a introdução de noções, como competências, formação continuada, inclusão social e cidadania no âmbito da educação profissional, reflete o modo predominante de se pensar a referida modalidade de educação na época atual. Trata-se, na verdade, de um certo modo de entender e “traduzir” em ações concretas as exigências dessa nova época.

A ação pedagógica no Senac/PE foca a estratégia de articular, de forma sistematizada, as noções acima citadas para serem refletidas tanto na organização curricular como no modo de ofertar a educação profissional, possibilitando o aproveitamento contínuo e articulado de estudos em trajetórias de educação permanente.

Essa opção se apresenta como substitutivo tanto das perspectivas de treinamento, que apostam no adestramento do trabalhador para processos de trabalho mecânicos e alienantes, quanto dos modelos de currículos cartesianos e lineares. Frente aos limites e entraves produzidos por essas perspectivas, a equipe de educadores do Senac-PE defende que a oferta da educação profissional não ocorre meramente centrada em produtos, mas no estabelecimento de processos que proporcionem aos discentes o atendimento de suas necessidades e expectativas diante das novas exigências e relações estabelecidas pela atual configuração social, numa perspectiva de formação inicial e continuada.

Tal mudança de enfoque exigirá uma revisão do modo de entender e operar a educação profissional e, por consequência, dos modos de entender suas realizações e relações com a cultura e a sociedade. Ao compreender-se a educação profissional sob essa perspectiva, passa-

se a articulá-la em torno de uma nova referência, ensejando outras preocupações, ênfases e entendimentos acerca de seus processos e finalidades.

5.3 Princípios Norteadores da Ação Pedagógica:

- a) **Democracia:** depende de uma sociedade civil educada e bem informada cujo acesso à informação lhe permite participar ativa e criticamente na construção de uma sociedade ecologicamente sustentável, economicamente viável, assim como ética e socialmente justa para todas as pessoas;
- b) **Cidadania:** conceito em permanente construção, é um referencial de conquista da humanidade, através daqueles que sempre buscam mais direitos, maior liberdade, melhores garantias individuais e coletivas, não se conformando frente às dominações do próprio Estado ou de outras instituições;
- c) **Inclusão Social:** ocorre quando a educação profissional é tratada como uma rede de relações e como um processo contextualizado e organizado no tempo e no espaço em que acontece, articulada para a ampliação de oportunidades e focada na inclusão de todas as pessoas que não têm as mesmas oportunidades dentro da sociedade.

5.4 Pressupostos teóricos metodológicos

Numa incursão na relação trabalho e educação, facilmente se apreende que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho passaram a estabelecer uma nova mediação entre homem e trabalho, na qual o conhecimento, a mudança e a inovação são elementos centrais.

Emerge daí a compreensão de que, além de uma formação instrumental e fragmentada, coloca-se como imperativa a necessidade permanente de formação e atualização profissional dentro de um conceito educacional distinto daqueles comumente postos em prática nas instituições de formação.

Surge dessa constatação o desejo daqueles que fazem parte da equipe do Senac Pernambuco em estabelecer uma reconfiguração do modelo de ação pedagógica, que deverá se estabelecer desde a construção de uma nova referência para organização curricular, da oferta e gestão dos cursos até a gestão pedagógica da sala de aula. Essa reconfiguração deverá ser capaz de traduzir as recentes exigências sociais e culturais da educação para o trabalho.

Do ponto de vista da organização curricular e da oferta dos cursos, o planejamento dos mesmos passa a ter uma vinculação muito mais estreita com o mundo do trabalho, e sua oferta passa a ser informada por princípios como flexibilidade curricular, formação contínua e desenvolvimento de competências. Tal oferta será organizada sob a forma de itinerários formativos com o intuito de favorecer a formação inicial e continuada de seus discentes em cada eixo tecnológico de atuação institucional.

Ao assumir o mundo do trabalho como referência balizadora da reconfiguração da organização curricular, a equipe assume também um agir embasado numa compreensão ampliada de educação profissional, que leva em conta sua dinâmica e suas contradições, os contextos sociais macroeconômicos e políticos, as transformações técnicas e organizacionais, a intensa incorporação da ciência e da tecnologia nos processos produtivos, os valores que informam as novas relações num modelo de sociedade democrática, os conhecimentos científicos e os saberes do trabalho.

A organização curricular, nessa perspectiva, passa a considerar três dimensões fundamentais:

Dimensão técnico-científica

Cenário: descobertas científicas avançam os conhecimentos aceleradamente; intensas e rápidas mudanças tecnológicas

Princípio orientador dos currículos: saberes científicos

Dimensão sócio-político-cultural

Cenário: exigência ética de uma formação vinculada à postura crítica diante do conhecimento e da realidade

Princípio orientador dos currículos: saberes crítico-sociais

Dimensão específica da formação profissional

Cenário: novos referenciais e comportamentos diante do ofício e das ocupações

Princípio orientador dos currículos: saberes profissionais

A abordagem da educação profissional amplia-se e, nesta perspectiva, a defesa das três dimensões acima definidas torna-se imprescindível ao currículo da educação profissional. A dimensão técnico-científica é de suma importância a partir do entendimento no qual os saberes científicos, enquanto conhecimentos metódicos e sistematizados, constituem-se de elementos produzidos culturalmente que precisam ser socializados igualmente entre todos os homens e mulheres. Assumir a defesa da dimensão técnico-científica na educação profissional significa, pois, colocar à disposição dos educandos esses elementos culturais para que “cada indivíduo singular realize, na forma de segunda natureza, a humanidade produzida historicamente” (SAVIANNI, 2003, p.14).

A segunda dimensão é a sócio-político-cultural que comparece de forma muito importante como aquela que contempla os saberes sociais e que serve como referência para desvelar a realidade, nela se situando e entendendo a essência e a lógica dos fenômenos que hoje determinam as relações sociais.

Por fim, a dimensão específica da formação profissional, a que comporta os saberes profissionais. Entendemos, assim como Savianni

(2003), que o “habitus” é condição da liberdade e que não é possível ser criativo sem dominar determinados mecanismos. O referido autor, ao se reportar ao desenvolvimento de habilidades como dirigir, ler e escrever, ressalta que isso se faz a partir da fixação de certos automatismos e da sua incorporação, isto é, quando passam a fazer parte de nosso corpo e organismo, quando são interiorizados em nosso próprio ser para nos permitir agir com segurança e desenvoltura.

Vale dizer que, apesar de as habilidades dos ofícios serem desenvolvidas por meio de um processo deliberado e sistemático de domínio de mecanismos, essa dimensão pode ser considerada um mero automatismo, uma vez que ela ocorre por intermédio de um processo de superação no sentido dialético, ou seja, os aspectos mecânicos são negados não por exclusão, mas por incorporação, convertendo-se assim numa espécie de segunda natureza. Tal dimensão, certamente, tem um papel preponderante na evolução e transformação das técnicas e tecnologias do trabalho.

Contudo, nenhuma dessas dimensões isoladamente é capaz de dar conta da complexidade da educação para o trabalho, mas somente o conjunto pode ser capaz de conferir uma dimensão mais ampla à formação dos trabalhadores e trabalhadoras. Daí entendermos que o modelo de competências nessa configuração acima explicitada atende aos requisitos dessa formação uma vez que articula, no processo educativo, as dimensões acima citadas e estabelece uma nova dinâmica para o trabalho pedagógico, no qual se cria uma ambiência mais apropriada à construção de conhecimentos significativos, ao exercício da participação ativa do educando no seu processo de aprendizagem e ao desenvolvimento do senso crítico e analítico dos sujeitos trabalhadores.

5.5 A abordagem pedagógica por competência: implicações para as metodologias de ensino

A abordagem por competência, de uma forma predominante, tem sua ancoragem epistemológica no Construtivismo. Ao tomar o Construtivismo como base para a organização do trabalho pedagógico, essa abordagem imprime uma nova relação entre o sujeito e o objeto do conhecimento, trazendo avanços ao fazer pedagógico da educação profissional, pois implica a ruptura com as tendências tecnicistas e seu pressuposto empirista, referências basilares nessa modalidade de ensino, principalmente por sua atrelação direta ao modelo taylorista fordista de produção.

O modelo epistemológico construtivista constitui-se, segundo Becker (2004), uma pedagogia relacional. Numa aula fundamentada nessa abordagem, o docente problematiza e o discente age, estabelecendo-se em sala de aula um ambiente de discussão e construção de um novo conhecimento em que a interação discente-docente é a base do processo de aprendizagem. Essa epistemologia concebe a aprendizagem como construção do conhecimento e como tarefa compartilhada entre docente e discente. Ao docente, cabe desestabilizar cognitivamente o discente através da novidade. Ao discente cabe, através de um processo endógeno complexo, passar de um patamar de conhecimento para outro superior, através de assimilações e subseqüentes acomodações, num processo que finda temporariamente a cada acomodação, mas que frente a novos desafios se repete permitindo que o sujeito cognitivo atinja patamares cada vez mais elevados de conhecimento.

A competência, entendida como a “capacidade de mobilizar, articular e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho” (Brasil. CNE/CEB. Resolução nº 4/99, art. 6º), comporta três saberes indissociáveis: o saber, o saber ser e o saber fazer.

A expressão mobilizar, articular e colocar em ação remete às operações do pensamento que podem viabilizar a aplicação desses saberes numa ação específica e situada.

Os valores, ou saber ser, se constituem dos elementos culturais e pessoais, dimensão esta fortemente valorizada nas relações atuais de trabalho. Os conhecimentos são constituídos pelos saberes teóricos e práticos, tanto aqueles transmitidos pela escola quanto os adquiridos pela experiência tácita. As habilidades, ou saber fazer, são o resultado das aprendizagens incorporadas pelo sujeito que permitem a autonomia e a desenvoltura na realização de ações, se constituindo num *habitus*, como uma espécie de sentido prático do que se deve fazer numa dada situação.

Conforme Pacheco (2001) na abordagem por competência, o conhecimento, que é agora contextualizado em comportamentos esperados, em propósitos predeterminados e em conjuntos de saber-fazer, implica o domínio de habilidades e de níveis de desempenho. O conhecimento, deste modo, para o autor,

é mais performativo do que declarativo, não constitui um sistema de enunciados relativos a estados de coisas e às suas condições, mas exprime-se por repertórios de saber-fazer que se escoram em outros tantos poder-fazer: é simultaneamente técnico e social.

Essa abordagem se fundamenta no pensamento piagetiano sobre o desenvolvimento cognitivo, no qual a ideia de construção do conhecimento, de esquemas ou de estruturas mentais através de processos sucessivos de assimilação e acomodação, desencadeados por situações desequilibradoras, é coincidente com a ideia das competências. A competência se constitui na articulação e mobilização dos saberes por esses esquemas mentais, ao passo que as habilidades permitem que as competências sejam colocadas em ação.

Por essa perspectiva, nos processos de ensino se coloca de suma importância a valorização dos conhecimentos e experiências já

acumulados pelos discentes, que são fundamentais na construção de novos saberes e competências. Os conteúdos disciplinares deixam de ter fins em si mesmos para se constituírem em objetos para o desenvolvimento de competências. Esses conteúdos são denominados como bases tecnológicas, agregando conceitos, princípios e processos. Igualmente o trabalho pedagógico se desloca do ensinar para o aprender, implicando uma importante valorização das metodologias de ensino. Essas metodologias devem guardar relação com as ações ou o processo de trabalho do sujeito que aprende. Ou seja, as situações de aprendizagem que constituem o currículo devem contemplar problemas e projetos desafiadores das aprendizagens, reais ou simulados, que desencadeiem ações resolutivas, identificados com as situações típicas da área profissional.

Assim, passa a haver fortes pontos de ruptura do paradigma de educação tradicional tecnicista. O modelo das competências rompe radicalmente com as práticas que sustentam o referido paradigma e direciona a ação pedagógica para uma perspectiva mais integradora, colocando como pressuposto uma relação recíproca entre sujeito e objeto do conhecimento.

Como exemplo, citamos os seguintes pontos de ruptura, conforme o professor Francisco Aparecido Cordão⁵ (informação verbal):

- a) Do currículo como fim, como conjunto regulamentado de disciplinas, ao currículo como conjunto integrado e articulado de situações-meio, pedagogicamente concebidas e organizadas para promover aprendizagens profissionais significativas;
- b) do tratamento aos conteúdos como conhecimento sistematizado, organizado em disciplinas, temas programáticos e ementas, aos conteúdos significados pela prática social dos educandos, informações

⁵ Palestra realizada em Fortaleza, Ceará, no ano de 2003

- relacionadas, desenvolvimento de habilidades mentais, socioafetivas e psicomotoras;
- c) do foco nos conteúdos a serem ensinados ao foco nas competências/saberes a serem desenvolvidos (saber, saber fazer e saber ser);
 - d) do docente como aquele que sabe, fala, explica, responde, pergunta e cobra, ao docente que problematiza, apresenta desafios, pergunta e indica possíveis percursos para as respostas, estimula, orienta, informa, explica;
 - e) do discente como aquele que não sabe, ouve, guarda, reproduz e exercita o que é proposto, ao discente que age, vive o processo, opera, pensa e resolve problemas.

As implicações do modelo de competências no trabalho cotidiano do educador que atua nas escolas de educação profissional passam a requerer dele que compreenda e utilize os fundamentos teóricos da educação e práticas pedagógicas que sejam capazes de integrar as dimensões cognitivas, atitudinais e procedimentais nos processos de ensino e de aprendizagem.

A propósito das metodologias integradoras das dimensões cognitivas, atitudinais e procedimentais, encontramos uma boa referência a partir da identificação da natureza de cada conteúdo. Sabemos que nas tendências pedagógicas tradicionais há uma forte valorização dos conteúdos conceituais. Mas, além dos conteúdos conceituais, ou seja, do “saber sobre”, também existem os conteúdos procedimentais, que significam o “saber fazer”; e os conteúdos atitudinais, que se referem ao “ser”. Esse tipo de classificação dos conteúdos do ensino foi bem descrito por César Coll e colaboradores em 1987.

Os conteúdos procedimentais são aqueles relacionados à aprendizagem das habilidades, que uma vez aprendidos possibilitam a execução de certas tarefas. As melhores estratégias metodológicas

com conteúdos dessa natureza relacionam-se com promoção de atividades diversas que levam o discente a colocar em prática os conceitos aprendidos.

Os conteúdos atitudinais valorizam aspectos como solidariedade, trabalho em equipe, o respeito e a ajuda ao próximo, entre outros valores que podem ser trabalhados nos processos formativos. Conteúdos dessa natureza podem ser abordados em atividades que levem o discente a tomar um posicionamento pessoal em relação a fatos, conceitos e situações. Podem ser utilizadas as situações-problema, os estudos de caso, os vídeos-discussão, entre outros métodos pedagógicos.

Na abordagem por competência, além da seleção de situações de aprendizagem adequadas à natureza dos conteúdos, utilização de metodologias como a pedagogia de projetos, estudos de casos, situações-problema, entre outras, também há a valorização das práticas pedagógicas interdisciplinares e contextualizadas, da individualização dos processos de formação, da construção significativa de conhecimentos e dos processos de avaliação com predominância formativa.

A interdisciplinaridade e a transversalidade são premissas fundamentais que deverão orientar a abordagem metodológica dos cursos, considerando que o Módulo Integrador de cada curso de formação inicial compreende as competências gerais de caráter técnico-científico e sócio-econômico-cultural que fundamentam o eixo tecnológico em que se situam os cursos. Funcionam como um tronco comum a todos os cursos dentro de um mesmo eixo e enfocam, de forma mais acentuada, os saberes sociais, os quais se desenrolam no desenvolvimento dos módulos seguintes em abordagens transversais ancoradas nas situações específicas do contexto profissional.

As abordagens de temáticas de Meio Ambiente são retomadas na hora da prática supervisionada como reforço a atitudes e condutas a serem incorporadas pelos discentes no exercício da profissão e da

cidadania. São abordados também temas sobre mercado de trabalho na área em que o módulo se localiza, enfatizando assuntos como organização dos processos de trabalho na área, novas tecnologias e formas de gestão incorporadas ao trabalho, dinâmica dos empregos, empreendedorismo, entre outros, de modo a contextualizar o discente no cenário profissional no qual irá atuar.

5.6 A avaliação do processo de ensino e aprendizagem

O modelo de avaliação da aprendizagem adotado pelo SENAC Pernambuco tem como referência o trabalho pedagógico baseado em competências.

De acordo com essa referência, a educação profissional muda o foco do trabalho escolar, muda o paradigma de formação, transferindo o foco dos conteúdos do ensino tradicional, da transmissão de conhecimentos, para a construção e desenvolvimento de competências.

Esse enfoque pressupõe posturas diferenciadas para discentes e docentes. Ao discente, enquanto agente ativo do processo, cabe perguntar, pesquisar, descobrir, criar, aprender. Do docente, é exigida a utilização do currículo como um meio para guiar a prática pedagógica, bem como o desenvolvimento de novas competências para ensinar, que incluem não mais o uso de metodologias centradas no ensino transmissivo, elucidativo, explicativo que servem ao paradigma tradicional de acumulação de conhecimentos, mas metodologias centradas na ação do sujeito que aprende.

Uma prática pedagógica assim delineada, a partir do paradigma de desenvolvimento de competências, requer ações pedagógicas desencadeadas por desafios, problemas e projetos propostos pelo docente e por ele monitorados, orientados e assessorados, cuja tônica é a resolução de problemas: “aprender a resolver, resolver para aprender”.

Como não poderia deixar de ser, a mudança paradigmática provocada por essa concepção trouxe, em seu bojo, desafios e problemas que não se circunscrevem apenas às questões conceituais e metodológicas. Aponta, também, para um novo olhar sobre as práticas avaliativas que, por coerência, devem estar em conformidade com esses pressupostos.

Nessa perspectiva, foram promovidos, em articulação com a Gerência de Relações Humanas, Encontros Pedagógicos e Fóruns de Coordenação Pedagógica que se configuraram como espaços privilegiados de formação continuada de coordenadores pedagógicos e docentes.

Nesses encontros, ocorreram estudos e atualização do debate educacional, inclusive estudos e discussão sobre avaliação da aprendizagem e avaliação por competências, bem como a socialização de experiências de escolas de formação profissional sobre processo de avaliação.

Houve também, nesses Encontros e Fóruns, um esforço coletivo de construir alguns “consensos” em torno de instrumentos avaliativos e de registro do desempenho dos discentes, tendo por base a percepção de que as Unidades de Educação Profissional (UEP) apresentavam experiências distintas e diversificadas.

A ideia-força subjacente à proposta foi, a partir da diversidade de experiências das UEP, extrair subsídios que permitissem a elaboração de um Caderno Pedagógico com orientações sobre o processo de avaliação, no qual se encontram definidos os parâmetros comuns para o DR Pernambuco. Para operacionalização dessa proposta, foi instituído um Grupo de Trabalho de Avaliação (GT de Avaliação) com representantes indicados durante o próprio fórum de todas as unidades mais próximas do Senac Centro, incluindo as UEP de Paulista e Vitória.

A instituição de um Grupo de Trabalho de Avaliação no âmbito do Senac Pernambuco demarcou importante avanço na construção de

parâmetros de orientação às práticas avaliativas e de registro do desempenho dos estudantes no DR Pernambuco. Como resultado desse trabalho, foram definidas as novas perspectivas para a avaliação da aprendizagem dos estudantes e dos cursos de educação profissional.

A avaliação por competências, conforme expressa Marcílio Souza Júnior no Caderno Pedagógico Senac/PE, intitulado “Avaliação por competência”, deve romper com a concepção tradicional e conservadora.

Para o autor,

[...] se desejamos construir um Projeto Curricular para uma EPT crítica e emancipatória, precisamos ir além da ampliação da empregabilidade de nossos alunos, é necessário consolidar uma formação humana para a sociabilidade, é necessário construir um sentimento de pertencimento e corresponsabilidade social, assim como apontar/elaborar estratégias para o engajamento coletivo e ético nos diferentes grupos sociais, tais como a escola, a família, o trabalho e tantos outros. (JÚNIOR, 2010, p. 26)

Como a avaliação educacional não se dá num vazio conceitual, continua o autor citado, mas sim dimensionada por uma concepção de educação e de mundo, na perspectiva das competências, ela também precisa voltar-se para a sociabilidade.

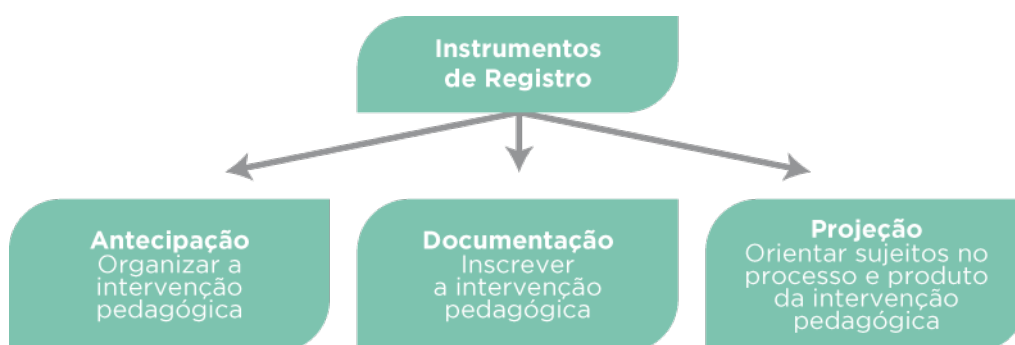
A avaliação da aprendizagem, nessa perspectiva, está diretamente relacionada ao projeto político pedagógico da instituição educacional e deve assumir a função de informar e orientar a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Coerente com os princípios pedagógicos definidos neste Projeto Político Pedagógico, deve igualmente estar fundamentada numa concepção de educação inclusiva.

Na prática de avaliação, deverão ser priorizados instrumentos de avaliação diversificados e estimuladores da autonomia na

aprendizagem, que envolvam o exercício da autoavaliação e a vivência de atividades realizadas individualmente e em grupo conforme as competências e respectivos indicadores de desempenho previstos no Plano de Ação Docente.

Também serão observados os elementos referentes às atitudes do discente durante a vivência da Unidade Temática (participação nas aulas com interesse, realização das atividades com empenho e no prazo, relacionamento interpessoal e pontualidade).

Os instrumentos de registro da avaliação no Senac Pernambuco assumem e expressam integradamente uma tripla função: antecipação da prática pedagógica, favorecendo docentes e discentes na organização do processo educacional; documentação, inscrevendo e armazenando os dados da avaliação; e projeção, oportunizando uma orientação aos sujeitos no processo e produto da prática pedagógica, permitindo diagnóstico consistente para as tomadas de decisões diante da construção das competências, conforme demonstra o esquema a seguir:



Registro dos Resultados da Avaliação das Competências

O registro do desempenho do discente no que se refere à construção das competências será expresso pelos conceitos:

- DC - desempenho construído exigido pelo perfil profissional de conclusão do curso.
- DEC - desempenho em construção, carecendo, portanto, de reforço de conhecimentos teóricos e práticos.

- DNC – desempenho não construído, necessitando de reensino e oportunidades múltiplas de praticagem.

Aos discentes que apresentarem indicadores de aprendizagem DEC e DNC, será oferecida a oportunidade de recuperação do aprendizado.

O Conceito Final expressa a aprovação ou não do discente na Unidade Temática e será obtido através de um processo a ser construído por uma prática de avaliação contínua do docente, ocorrida nas dimensões diagnóstica, formativa e somativa, ou seja, capaz de, respectivamente, constatar, perceber o desempenho do discente diante do projetado e do realizado; colaborar na formação de saberes, aptidões e habilidades, e gerar um resultado do processo, conceitos, recomendações e orientações ao discente para a continuidade de seus estudos.

Portanto, a obtenção do Conceito Final levará em consideração o Relatório do Aluno⁶ e os resultados das avaliações realizadas e registradas em instrumentos específicos, conforme detalhado no Caderno Pedagógico “Avaliação por Competência”.

A UEP responsável pela oferta do curso organizará uma pasta com os relatórios individuais dos discentes por Unidade Temática para que os docentes de cada unidade, ao longo do curso, possam acompanhar o registro dos docentes anteriores e registrar o seu acompanhamento. O discente, por sua vez, acompanha sua própria trajetória no curso, recebendo orientações que o estimulem a superar as dificuldades registradas, quando for o caso.

Durante o processo, o docente registra o desenvolvimento das competências do discente, o que caracteriza a avaliação formativa. Ao mesmo tempo em que realiza essas anotações, registra recomendações e orientações para que os discentes superem as dificuldades apresentadas no decorrer da Unidade Temática.

⁶ O Relatório do Aluno é um tipo de fichário que deverá conter o parecer descritivo da aprendizagem do discente, o registro do processo de desenvolvimento das competências a cada unidade temática.

A frequência mínima obrigatória às aulas é de 75% do total de horas de cada bloco temático, módulo ou totalidade da carga horária do curso, conforme o caso, obedecendo aos critérios estabelecidos no Regimento Escolar e no Plano do Curso.

Será considerado aprovado aquele discente que obtiver o conceito final DC – desempenho construído, conforme o desenvolvimento das competências exigidas pelo perfil profissional de conclusão do curso ou bloco de competências previstas para a Unidade Temática cursada.

6. MARCO OPERACIONAL

6.1 O Senac que temos e o Senac que queremos

O marco operacional expressa a realidade vivida e reflete as características atuais da instituição, suas limitações e possibilidades, os seus elementos identificadores, a imagem que se quer construir quanto a seu papel na sociedade em que está inserida.

Responde a perguntas como: que características (sociais, econômicas, culturais) tem a clientela a qual o Senac atende? Que cenários interferem na institucionalidade do Senac? Como se apresenta a realidade do Senac hoje? Como estão as relações interpessoais no interior da instituição? Que características tem o trabalho pedagógico desenvolvido? Identifica as necessidades de mudanças, ou seja, responde: o que nos falta para ser o que desejamos?

Como pontos mais significativos que necessitam de mudanças, apontados pela equipe de educadores do DR/PE, tivemos os seguintes:

- Maior agilidade;
- Desburocratização dos nossos processos;
- Alinhamento entre a dimensão administrativa e a pedagógica;

- Melhoria na infraestrutura pedagógica (instrutores, plano de curso, material didático e equipamentos);
- Aperfeiçoamento dos nossos mecanismos e estratégias de relacionamento com a sociedade;
- Inovação por meio de investimentos em capacitação técnica e pedagógica da equipe.

6.2 As dimensões e focos de atuação - Matriz Conceitual

Na reflexão sobre o Senac que temos e o Senac que queremos, a equipe sentiu a necessidade de definição de um horizonte. Nesse sentido, a concepção de educação profissional, de sociedade e de trabalhadores e trabalhadoras que se quer formar expressa o ponto de partida e de chegada, o porto; e a matriz conceitual é o mapa da navegação.

Essa concepção de educação profissional por sua vez, associada ao sentido de causa defendida, de princípio do qual se parte, também aciona os fundamentos que irão nortear a prática pedagógica no Senac, os quais se expressam na matriz conceitual.

A matriz conceitual, portanto, guia e orienta o percurso. Ela traz em primeiro lugar os sujeitos para os quais se orienta toda a nossa ação, ou seja, o “para quem” estamos projetando a ação institucional, seguida do “para quê”. Como fatores críticos, esse “para quê” é o norte e se constitui no exame crítico das ações do projeto, pois está referendando a finalidade das ações institucionais. Se determinada ação não se encaixar em nenhum desses fatores, certamente ela não se enquadra no bojo das finalidades institucionais. Por fim, considerando as três dimensões institucionais mais importantes, focamos a atuação, aquela que nos encaminhará para a construção do Senac pretendido.

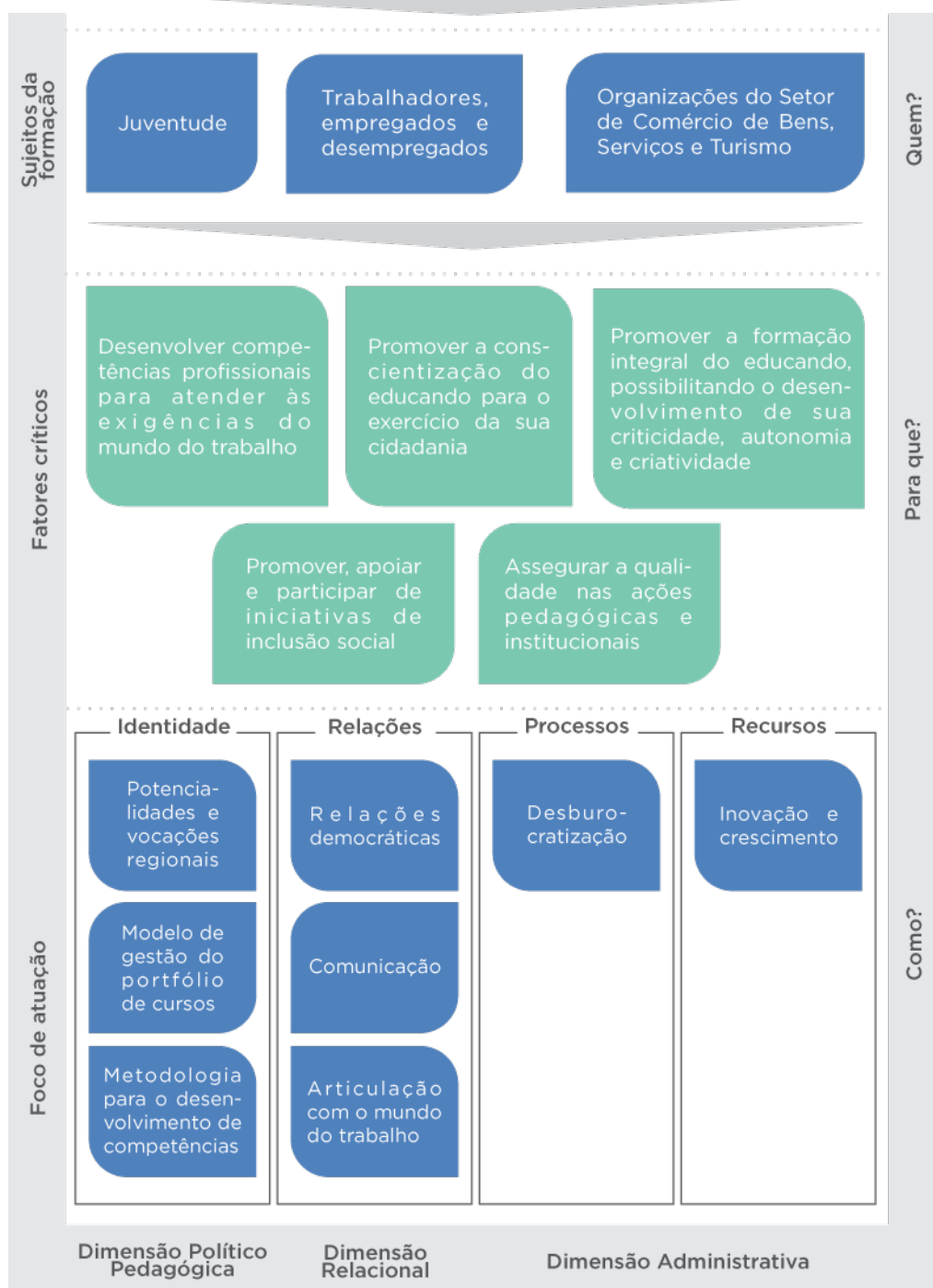
Vale lembrar que o Senac pretendido é o horizonte que orienta a caminhada, porém a cada novo percurso realizado, surgem novas

ênfases e enfoques. O que significa que a matriz conceitual representa o que é necessário fazer no momento atual, mas que pode e deve mudar constantemente, conforme as demandas, os interesses e as particularidades de cada momento institucional. Portanto, trata-se de uma sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se objetiva e se aperfeiçoa na caminhada.

Matriz Conceitual

MISSÃO & VISÃO SENAC-PE

O Senac-PE tem por Missão “Educar para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo”, e como Visão “Até 2020, o Senac Pernambuco será reconhecido como agente relevante no desenvolvimento do estado, identificado pela excelência em educação profissional e tecnológica nos segmentos de comércio de bens, serviços e turismo.



6.3 Plano de Ação

O Plano de Ação foi definido considerando quatro eixos de atuação, quais sejam: identidade, relações, processos e recursos. Para cada um desses eixos, foram definidos os focos de atuação com vistas a fortalecer os aspectos que direcionam ao Senac pretendido, considerando três dimensões institucionais: a político-pedagógica, a relacional e a administrativa.

Eixo I - Identidade

Identidade é tudo que torna algo único. No caso de uma organização, podemos entender sua identidade institucional como o conjunto de suas características próprias e exclusivas, refletindo sua personalidade.

A identidade, no entanto, não é estática. Ao contrário, ela está em permanente elaboração, num contexto social de interação de indivíduos e grupos, implicando reconhecimento recíproco.

Segundo Rios⁷, a identidade de uma escola vai sendo arquitetada no meio de que ela faz parte, com todos os segmentos que a compõem, levando-se em conta necessidades, crenças e valores. É uma identidade que se afirma na articulação com as outras instituições sociais como as associações, as organizações governamentais e não governamentais, as empresas, dentre outras - e que se configura no cumprimento da tarefa de socializar de modo sistemático a cultura e de colaborar na construção da cidadania democrática. A maneira de cumprir essa missão muda e isso significa que a escola leva em consideração as transformações da sociedade de que faz parte e as várias contradições que desafiam os educadores que nela trabalham, especialmente os gestores.

⁷ Terezinha Azerêdo Rios. Revista Nova Escola. Edição 005, DEZEMBRO 2009/JANEIRO 2010. Abril Editora.

No caso do Senac, sua identidade se expressa no modo de fazer educação profissional, uma qualidade que o faz ser único para todos que nele passam uma parte de suas vidas. Tanto discentes como educadores. Num contexto em que o imaginário social e a prática de muitas instituições do ramo associam a ideia de educação profissional a treinamento, a adestramento, o Senac se fortalece na opção de ser diferente, de fazer educação profissional num sentido muito mais amplo, abarcando aspectos próprios das práticas de formação do cidadão trabalhador crítico e consciente. Seu modelo de fazer educação profissional articula de forma sistêmica a relação educação e mundo do trabalho, cuidando para que a ação educativa nem se distancie das questões essenciais da formação humana e nem tampouco das demandas do mundo do trabalho em sua dimensão histórica e social.

Essa opção deve permear as vivências e práticas institucionais das quais participa toda a comunidade escolar, motivo pelo qual essa preocupação está presente na elaboração do projeto político pedagógico, o qual deve contribuir para fortalecer ainda mais a identidade do Senac, reafirmando sua posição diferenciada no modo de conceber e fazer educação profissional.

Visando ao fortalecimento da dimensão político-pedagógica, para esse eixo foram definidos os seguintes fatores críticos e focos:

Foco I Potencialidades Regionais	Objetivo: Alinhar a oferta de cursos às potencialidades e vocações regionais
	Fator Crítico: Desenvolver competências profissionais para atender às exigências do mundo do trabalho
Foco II Modelo de gestão do portfólio de cursos	Objetivo: Implementar modelo de gestão do Portfólio dos cursos
	Fator Crítico: Desenvolver competências profissionais para atender às exigências do mundo do trabalho
Foco III Metodologia para o desenvolvimento de competências	Objetivo: Sistematizar metodologia para o desenvolvimento de competências
	Fator Crítico: Promover a formação integral do educando possibilitando o desenvolvimento de sua criticidade, autonomia e criatividade

Eixo II – Relações

As relações institucionais se constituem num importante elemento na concretização da dimensão política do projeto pedagógico e devem refletir os fundamentos e valores definidos para a consolidação do projeto a ser construído. Lembrando que o projeto é político por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

Assim, quanto mais democráticas forem as relações que se efetivam no interior da escola, mais efetiva se torna a dimensão política do projeto pedagógico, visto que é inconcebível se pensar numa proposta de formação psicossocial e cultural dos sujeitos sociais, tendo como finalidade o fortalecimento de uma sociedade mais justa e democrática, num ambiente em que imperam relações autoritárias.

Ao eleger, portanto, as relações democráticas como valor fundante do PPP, deve-se também passar a viver esse valor nas relações e interações institucionais. Ou seja, a escola deve passar a vivenciar em seu funcionamento, nas relações externas e internas, nos currículos e

na sua gestão, uma pedagogia organizacional coerente com os princípios da educação para a cidadania que preconiza.

A gestão de sistemas educacionais, nesse pressuposto, deve ser entendida como um processo político-administrativo contextualizado e historicamente situado, através do qual a prática social da educação é organizada, orientada e viabilizada.

É inconteste que existe uma estreita ligação entre qualidade da educação e gestão da escola, visto que é esta que transforma metas e objetivos educacionais em ações, dando concretude às diretrizes traçadas no Projeto Político Pedagógico.

Daí, ao se focar a dimensão relacional como elemento estratégico de garantia da qualidade formal e política da educação, elege-se como referencial por excelência para a promoção dessa qualidade a participação cidadã, comprometida com a conquista da democracia política e social.

Sabemos que ainda imperam em muitas das nossas escolas os modelos de gestão amparados nas perspectivas tecnoburocráticas da Escola Clássica de Administração, preconizadas especialmente por Fayol e Taylor, emblemáticas da Revolução Industrial, em que o funcionamento eficiente e racional das organizações era a preocupação central. Os aspectos políticos, humanos e dos valores éticos, em geral, ocupavam uma posição secundária. Sua preocupação central era a economia, a produtividade e a eficiência.

Recuperar e pôr em prática conceitos hoje valorizados como cidadania, democracia, liberdade, autonomia e participação, são referenciais obrigatórios que devem estar presentes na vida cotidiana da escola e fazer parte das relações institucionais em todos os sentidos. Tais valores naturalmente devem estar aliados a uma sólida bagagem de conhecimentos relativos aos fundamentos da educação, à pedagogia, à didática e às técnicas gerenciais específicas da instituição escolar.

Para o PPP almejado para o Senac/PE, são incompatíveis relações que respondam apenas a critérios técnicos, em que as estruturas sejam marcadas por um forte viés burocrático, pela competição generalizada e estimulada, e por relações fortemente hierarquizadas.

A concepção de gestão preconizada pela equipe de educadores do Senac é baseada na efetiva participação da coletividade, pois a equipe acredita que somente uma gestão participativa pode levar à transformação que torne a escola um espaço permanente de experiências e práticas de democracia e cidadania.

Visando ao fortalecimento da dimensão relacional, para esse eixo foram definidos os seguintes fatores críticos e focos:

<p>Foco I Gestão Democrática e Participativa DDE</p>	<p>Objetivo: Garantir a gestão democrática e participativa no âmbito da DDE</p>
	<p>Fator Crítico: Promover a conscientização do educando para o exercício de sua cidadania</p>
<p>Foco II Comunicação</p>	<p>Objetivo: Melhorar processos de comunicação e relacionamentos</p>
	<p>Fator Crítico: Assegurar a qualidade nas ações pedagógicas e institucionais</p>
<p>Foco III Articulação com o mundo do Trabalho com foco na inclusão social</p>	<p>Objetivo: Sistematizar metodologia para o desenvolvimento de competências</p>
	<p>Fator Crítico: Promover, apoiar e participar de iniciativas de inclusão social</p>

Eixo III - Processos

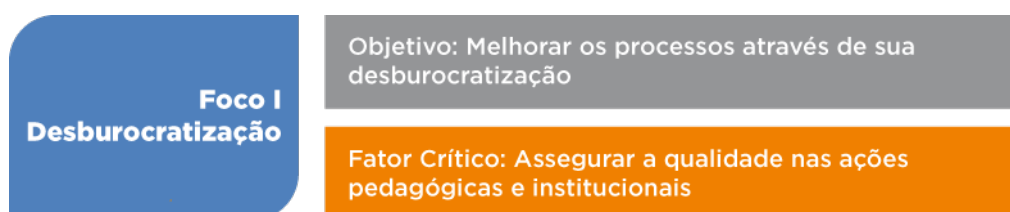
A qualidade das ações que compõem o Projeto Político Pedagógico da escola requer aprimoramento e eficiência dos processos administrativos da gestão escolar.

Os processos administrativos escolares envolvem fluxos, rotinas, ferramentas de controle e acompanhamento relacionados ao planejamento, coordenação e operacionalização das atividades

organizacionais. A otimização dos processos amplia a capacidade escolar no alcance de seus objetivos, metas e resultados educacionais e alivia as equipes nas atividades burocráticas e rotineiras, permitindo-lhes voltar para as ações mais estratégicas do Projeto Pedagógico.

Numa instituição como o Senac, faz-se de extrema importância a organização eficiente de toda a oferta de cursos e serviços, através de métodos eficazes de gerenciamento de rotina e de ferramentas de acompanhamento e controle aplicadas à educação. Por outro lado também a consideração de demandas como manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos escolares, laboratórios e ambientes pedagógicos; planejamento, execução, implantação e acompanhamento dos processos e fluxos organizacionais escolares; coordenação e organização dos processos acadêmicos e de conformidade legal da escola, entre outros que merecem reforço na atual estrutura do Senac/PE para garantir a sustentação da qualidade das ações educativas.

Visando ao fortalecimento da dimensão administrativa, para esse eixo foram definidos os seguintes fatores críticos e focos:



Eixo IV - Recursos

Uma boa gestão de recursos é aquela que atende adequadamente às exigências do processo educacional. A gestão de recursos interfere diretamente na qualidade da ação educativa, através da definição estratégica de investimentos e de prioridades.

Existem critérios que devem ser seguidos na escolha dos recursos materiais, dentre eles está o de qualidade e o de adequação aos objetivos da escola. Dessa forma, a instituição estará contribuindo

para um ambiente agradável e de qualidade para todos: discentes, docentes e demais funcionários.

Numa instituição com operações e processos tão complexos como é caso do Senac, são várias as pessoas e os setores que cuidam de partes de um mesmo processo. É natural, por exemplo, que o responsável por planejar as ações educacionais não seja o mesmo que compra os materiais. Portanto, faz-se de grande importância a integração e a comunicação de todas as pessoas que estão envolvidas no processo para que a ação tenha a qualidade idealizada no seu planejamento. Será, portanto, importante que todos os envolvidos no processo conheçam as necessidades e as prioridades daquela ação educativa, acompanhando sistematicamente seu desenvolvimento. Para adquirir os recursos materiais e contratar os serviços, o responsável pelas compras tem de seguir os procedimentos gerais fixados na legislação que institui as normas para licitações e contratos de administração pública, o que em muitos casos inviabiliza o que foi concebido na hora do planejamento do curso.

Esse e muitos outros casos que ocorrem no ambiente Senac revelam a importância de uma maior articulação entre os diversos agentes institucionais.

Por outro lado, além dos entraves do cotidiano de uma instituição que é privada mas que tem de se reger pelas normas da administração pública, essa articulação também se faz de vital importância para promover a inovação, ofertar novos cursos conforme as demandas e vocações regionais, o que em muitos casos requer novos investimentos em equipamentos, laboratórios, produção de materiais didáticos, formação de equipes. Tudo isso demanda priorização de investimentos e foco institucional consensual entre todos, tendo em vista os posicionamentos e opções definidas no PPP.

Visando ao fortalecimento da dimensão administrativa, para esse eixo foram definidos os seguintes fatores críticos e focos:

Foco I
Inovação e
Crescimento

Objetivo: Garantir a inovação e o crescimento das ações institucionais

Fator Crítico: Assegurar a qualidade nas ações pedagógicas e institucionais

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO THEODOR W. Educação e Emancipação. Tradução Wolfgang Leo Maar. Editora Paz e Terra. 2003

BECKER, Fernando. A Epistemologia do Professor. Petrópolis: Vozes, 1998

BRASIL. CNE/CEB. Resolução nº 4/99. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico

BRASIL, CNE/CEB Parecer nº 11/08. Implanta o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos

BRASIL, MEC. Lei 9394/96. Implanta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

COLL, C. As contribuições da psicologia para a educação: teoria genética e aprendizagem escolar. In: LEITE, L. B. (Org.) Piaget e a Escola de Genebra. São Paulo: Cortez, 1987.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. A Competitividade nos Setores de Comércio, de Serviços e do Turismo no Brasil: Perspectivas até 2015: Tendências e Diagnósticos/Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo(CNC); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas(Sebrae).- Brasília: CNC; Sebrae, 2008. 328 p.

ClAVATTA, M. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, G.; ClAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

DELUIZ, N. O modelo das competências profissionais no mundo do trabalho e da educação: implicações para o currículo. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 27, n.3, set./dez. 2001.

KUENZER, A. Z. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, mai./ago. 1999.

LESSA, Sérgio. A Ontologia de Lukacs: uma introdução. MACEIÓ: EDUFAL, 1997

MACIEL, Maria José C. A Construção da Proposta de Itinerários Formativos do Senac no Ceará. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 34, n.2, maio/ago. 2008.

MACHADO, José Nilson. Anotações para a Elaboração de uma ideia de Cidadania. Texto disponível em www.iea.usp.br/artigos

MARKET, W. Novos paradigmas do conhecimento e modernos conceitos de produção: implicações para uma nova didática na formação profissional. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010>. Acesso em: 15 jul. 2000.

PACHECO, José Augusto. Competências curriculares: as práticas ocultas nos discursos das reformas. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/24/ts2.doc Acesso em: 13 maio. 2012.

RAMOS, Marise Nogueira. A educação profissional pela pedagogia das competências e a superfície dos documentos oficiais. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 401-422

REAL, E. M. M.; ARAÚJO, M. L. M. da; TEIXEIRA, M. V. Itinerários formativos: metodologia de construção. Rio de Janeiro: SENAC/DEP/CPA, 2005. 44 p.

RIOS, Terezinha Azerêdo. Revista Nova Escola. Edição 005, DEZEMBRO 2009/JANEIRO 2010. Abril Editora.

SAVIANI, D. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

SENAC/DN. Referenciais curriculares para a educação profissional do Senac. Rio de Janeiro, 2001.

SENAC/PE. Avaliação por competência / Série cadernos pedagógicos. Editora Senac Ceará, 2010. 112p.

VASCONCELLOS, Celso S. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico, 14ª ed. São Paulo: Libertad, 2005.

_____ Coordenação do Trabalho Pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula, 5ª ed. São Paulo: Libertad, 2004

8. ANEXOS

Plano de Ação